



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO
PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Bieco. Como o painel eletrônico não estava funcionando, fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fábio Souza expressou preocupação com a polêmica gerada pelo projeto permitindo a ocupação imobiliária da orla de Belém. Procurando saber mais a respeito do assunto, relatou ter conversado com moradores da área, buscou conhecer a opinião de especialistas e avaliou que a mudança vai mexer muito com a cidade, mas será positiva. Algumas pessoas temem ser remanejadas, deslocadas da área em que moram para que novos edifícios sejam construídos, apontou. Avaliou que desde a Avenida Pedro Álvares Cabral até Icoaraci, excetuando-se o empreendimento construído à época do ex-prefeito Duciomar Costa na Vila da Barca, o que existe na orla de Belém é pobreza extrema, sem perspectiva de melhoria e crescimento. Frisou ser necessário discutir neste parlamento a questão de forma racional, deixando de lado as paixões. Deve-se questionar se estamos realmente satisfeitos com a orla da cidade e atentar para a necessidade de gerar emprego e renda, declarou. Assumiu depois a palavra o vereador Êmerson Sampaio e opinou que o tema da ocupação imobiliária da orla de Belém deve ser tratado com responsabilidade e maturidade. Defendeu a adoção de um meio termo entre a preservação ambiental e o desenvolvimento da cidade. Observou que os esgotos de Belém lançam dejetos diretamente nos rios e as pessoas que moram em palafitas na orla da cidade vivem em péssimas condições e fazem o mesmo. Parabenizou depois a parceria entre o governo estadual e a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, comentando que a Operação Verão estava sendo realizada pela PMB, recuperando as áreas de veraneio da cidade com recursos destinados pelo governo estadual. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Subiu posteriormente à tribuna a vereadora Bia Caminha e aludiu às manifestações ocorridas em todo o país, contra o governo de Jair Bolsonaro no sábado precedente. No dia anterior, lamentou, atingimos a triste marca de quinhentos mil mortos pela Covid-19 no Brasil. Culpou Bolsonaro por essa tragédia, lembrando que ele se negou a comprar vacinas e entregou o povo brasileiro à própria sorte. Além disso, acrescentou, reduziu o auxílio emergencial para os mais pobres, mas entregou milhões de reais aos banqueiros. O povo nas ruas derrubaria Bolsonaro, previu, e Lula seria eleito em 2022, pois constituía a única alternativa viável para o país retomar o desenvolvimento, estando à frente nas pesquisas eleitorais. Assumiu depois a palavra o vereador Zeca do Barreiro e externou sua alegria pelo anúncio, feito pelo governador Hélder Barbalho no último sábado em ato solene, de que oito quilômetros de ruas seriam asfaltados em Mosqueiro. Pediu às lideranças do Governo neste parlamento empenho para que investimentos também fossem feitos em Outeiro, relatando que, ao visitar aquele distrito no dia anterior, testemunhara alagamentos nas ruas. Os distritos de Mosqueiro e Outeiro devem ser olhados com mais atenção pelo poder público, sobretudo em relação ao saneamento básico, apontou. O transporte público nas duas ilhas também é deficiente, mas em Outeiro a situação é péssima, aditou. Reportou ter encontrado no dia anterior quatro ônibus da empresa Belém Rio, que faziam o transporte público daquele distrito, no prego, prejudicando a população. Cientificou que entraria com um requerimento junto à Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob solicitando providências para mudar essa situação caótica, talvez permitindo que outra empresa prestasse o serviço em Outeiro. Em aparte, manifestou-se o vereador Matheus Cavalcante. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Fabrício Gama mencionou o caso do assassino Lázaro, perseguido por quinhentos policiais, que impressiona o Brasil. Externou ter orgulho da Polícia Civil e da Polícia Militar do Pará, afirmando que, se o fato tivesse ocorrido aqui, Lázaro já teria sido capturado, pois temos policiais civis e militares bem preparados. Recordou vários casos que a Polícia Civil e a Polícia Militar do Pará conseguiram resolver e encerrar – o Rambo do Pará, o Monstro da Ceasa e quadrilhas de outros estados que atuavam aqui. Pela liderança da

Oposição, Matheus Cavalcante afirmou ter havido um aumento nos lucros dos grandes bancos de 534% no governo de Luís Inácio Lula da Silva em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Disse depois ter havido um aumento de 76% no número de assaltos violentos em nosso estado somente no mês de maio. Criticou em seguida a compra de pistolas 380 pela PMB para equipar a Guarda Municipal de Belém – GMB, dizendo ser um armamento defasado que foi comprado por um valor alto, cinco mil reais a unidade. Alegou estarmos vivendo uma situação de insegurança generalizada na cidade, responsabilizando por isso a Polícia Militar e também a Prefeitura de Belém, por não armar adequadamente os membros da GMB. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade parabenizou a Prefeitura de Belém pelas ações realizadas em Mosqueiro. Recordou que Hélder Barbalho, ainda ministro da Integração Nacional, destinou verba para ajudar a PMB a fazer a recomposição dos muros de arrimo da orla da ilha, pois na ocasião a erosão provocada pelas marés era muito forte e levava ao fechamento de vias. Infelizmente, prosseguiu, havia disputas políticas que impediam a construção de uma boa relação entre o governo estadual e o governo municipal. Atualmente, comemorou, as discrepâncias foram deixadas de lado e existe convergência no sentido de melhorar a capital e melhorar a Ilha de Mosqueiro. Louvou e agradeceu pela parceria construída entre a PMB e o governo do estado, uma aliança entre partidos diferentes – PSOL e MDB – que causa estranheza a alguns, mas é necessária. Anteriormente, por diversas vezes, as brigas entre o prefeito de Belém e o governador do estado prejudicavam a população, relembrou. Externou ter ficado feliz por ver tantas equipes da Prefeitura trabalhando em Mosqueiro, sabendo que oito quilômetros de vias seriam recuperados na ilha com investimento do governo estadual. Agradeceu ao prefeito Edmilson Rodrigues e aos secretários da PMB o empenho em prol da ilha e agradeceu também ao governador Hélder Barbalho e a toda sua equipe técnica o carinho e o respeito demonstrados por nossa capital. Sobrelevou depois que, somente na última semana, a Prefeitura de Belém vacinara 166 mil pessoas contra a Covid-19, parabenizando a Secretaria Municipal de Saúde – Sesma pelo bom desempenho. Pela liderança do PL, Pablo Farah alertou que a Reforma Administrativa (estabelecida pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020 – PEC 32/2020) acabaria com o Sistema Único de Saúde – SUS e terceirizaria as polícias. Pediu aos deputados federais que retirassem o projeto de pauta, pois sua aprovação significaria a terceirização da Segurança Pública, da Saúde e da Educação. O servidor público é responsabilizado por todas as mazelas que atingem o país, lamentou, inclusive o déficit da Previdência Social. Estabeleceu ser tal proposição falaciosa, afirmando que tal déficit é causado pela sonegação fiscal e pela má gestão. A péssima gestão está quebrando o Brasil, levando-o novamente ao Mapa da Fome, complementou. A Reforma Administrativa, continuou, pretende acabar com a Receita Federal, que combate a sonegação fiscal, assim como pretende acabar com as demais carreiras típicas de estado, como as carreiras do Instituto do Meio Ambiente – Ibama e as carreiras policiais. Pediu a seus pares que instassem os deputados federais com os quais tinham contato a posicionar-se contra essa reforma danosa à sociedade, pois significará o desmonte dos serviços públicos e permitirá aos políticos o controle dos cargos públicos. Findo este pronunciamento, o vereador John Wayne pediu Questão de Ordem solicitando a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Evelin Judite Chaves Pinheiro, que foi sua secretária e o acompanhava desde a época em que ainda era suplente de vereador nesta Casa. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro informou que no sábado anterior, 19 de junho, houve manifestações contra o governo Bolsonaro em mais de quatrocentas cidades brasileiras e em dezessete países. Vivemos em meio à pandemia e chegamos ao estratosférico e vergonhoso número de meio milhão de mortos pela Covid-19, lastimou, advertindo para a possibilidade de esse quantitativo ser ainda maior devido à subnotificação. Confessou não ter acreditado quando o biólogo, pesquisador e divulgador científico Átila Iamarino disse que chegaríamos aos 200 mil mortos pela pandemia, mas chegamos agora a meio milhão de mortos. Muitas pessoas morreram, acusou, devido à atitude do governo federal, que menosprezou a vacina, desdenhou do uso da máscara e do isolamento social e estabeleceu uma dicotomia entre a defesa da economia e a defesa da vida. Bolsonaro adotou uma política de morte e não é capaz de ter empatia, indicou, advertindo que sua saída não é mais uma questão política entre direita e esquerda, pois ele ultrapassou todas as fronteiras partidárias. Trata-se agora do embate entre os que defendem a vida e aqueles que defendem o genocídio, argumentou. Por isso, retomou, mais de 750 mil pessoas participaram das manifestações no Brasil, usando máscaras, álcool em gel e mantendo, na medida do possível, o distanciamento social. A população percebeu que o presidente é mais perigoso do que o vírus, por isso foi às ruas, criando um movimento gigantesco, maior que o realizado anteriormente, em 29 de maio, avaliou. Parabenizou depois a PMB pela tenacidade em garantir a vacinação contra a Covid-19, informando que a cidade tem hoje 35% da população vacinada, percentual três vezes maior do que a média nacional. Fez notar que a legislação teve que ser mudada, havendo a autorização do Supremo Tribunal Federal para que estados e municípios comprassem vacinas, pois o governo federal não queria comprá-las. O esforço feito pelas prefeituras é hercúleo, salientou, enfrentando a oposição de um governo que não quer a vacina. Em relação ao projeto de lei permitindo a ocupação imobiliária da orla, declarou ser importante debatê-lo, ressaltando que não foram ouvidos especialistas no tema e não foi consultada a sociedade civil. Em aparte, manifestou-se o

vereador Igor Andrade. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª, sendo todas do 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Evelin Judite Chaves Pinheiro, ex-secretária de gabinete do vereador John Wayne, atendendo à solicitação deste. Em seguida, foi feita a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da Ordem do Dia e o vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Retomou-se a seguir a votação do requerimento do vereador Túlio Neves solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 13/01/2021, página 07, intitulada “Belém, amiga do idoso”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Túlio Neves. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando a realização de uma sessão especial, em data e horário a combinar, para debater o tema “Desafios e soluções para as feiras de Belém”. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fábio Souza e Josias Higino. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. Procedeu-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada pela Agência Brasil, em 02/04/2021, intitulada “Pequenos negócios geram quase 70% dos empregos em fevereiro”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro e Josias Higino. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos vereadores para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Zeca Pirão pediu então Questão de Ordem solicitando alteração na ordem da pauta de forma que o projeto constante no Processo 1176/2021, de sua autoria, entrasse em discussão. Não havendo objeção das lideranças partidárias presentes, a solicitação foi aprovada. Em seguida, o vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem e chamou a atenção para o fato de que nenhum projeto de sua autoria fora até aquele momento colocado em pauta. O presidente Bieco afirmou que encaminharia tal observação à Comissão de Constituição de Justiça, Legislação e Redação de Leis desta Casa. Entrou, em seguida, em discussão única e votação em 1º turno, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Altera o §10 do artigo 106 da Lei Orgânica do Município de Belém, tornando obrigatória a execução do programa orçamentário que especifica”, constante no Processo nº 1176/2021, de autoria do vereador Zeca Pirão. Na discussão, não houve oradores. Foi feita posteriormente a leitura do projeto. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com trinta votos favoráveis. O presidente Bieco declarou então aprovado em 1º turno o projeto de lei que “Altera o §10 do artigo 106 da Lei Orgânica do Município de Belém, tornando obrigatória a execução do programa orçamentário que especifica”, constante no Processo nº 1176/2021. Posteriormente, entraria em discussão o projeto de lei que “Revoga o Decreto Legislativo nº 24/2019, que Concede o Título Honorífico de Cidadão de Belém, ao Presidente Jair Messias Bolsonaro”, constante no Processo nº 1456/2020, mas o autor, vereador Fernando Carneiro, pediu sua suspensão por um período de 24 horas. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Cria o Dia Municipal do Empreendedorismo Feminino”, constante no Processo nº 171/2021, de autoria do vereador Augusto Santos. Na discussão, pronunciaram-se os vereadores Augusto Santos, Lívia Duarte, Matheus Cavalcante, Juá Belém, Fábio Souza e Êmerson Sampaio. A vereadora Bia Caminha pediu depois Questão de Ordem solicitando que todos os projetos criando datas comemorativas constantes em pauta fossem votados em bloco. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Pronunciou-se posteriormente o vereador Miguel Rodrigues. O vereador Amaury da APPD pediu depois Questão de Ordem solicitando alteração da ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 052/2021, fosse votado após a discussão e votação em bloco dos projetos criando datas comemorativas. Não havendo oposição das lideranças partidárias presentes, esta solicitação foi aprovada. Em seguida, foi feita a leitura do projeto constante no Processo nº 171/2021. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e oito votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Cria o Dia Municipal do Empreendedorismo Feminino”, constante no Processo nº 171/2021. Justificou seu voto o vereador Augusto Santos. Entraram posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os seguintes projetos de lei: projeto que “Institui a Semana Municipal da Visibilidade Trans”, constante no Processo nº 276/2021, de autoria do vereador Renan Normando; projeto que “Institui a Semana Municipal de Proteção Animal”, constante no Processo nº 278/2021, de autoria do vereador Renan Normando; projeto que “Institui no Município de Belém o Dia Municipal da Resistência e Liberdade Negras”, constante no Processo nº 286/2021, de autoria da vereadora Lívia Duarte; projeto que “Institui o Dia da Luta Contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia, a ser comemorado anualmente no dia 17 de maio”, constante no Processo nº 456/2021, de autoria da vereadora Bia Caminha; projeto que “Institui no âmbito das escolas públicas e privadas do município

de Belém a Semana de Empoderamento Feminino”, constante no Processo nº 460/2021, de autoria da vereadora Bia Caminha; projeto que “Institui no calendário de eventos do município de Belém o Dia Municipal de Prevenção à Pré-eclâmpsia”, constante no Processo nº 554/2021, de autoria da vereadora Blenda Quaresma; projeto que “Cria o Dia Municipal da Romaria da Juventude”, constante no Processo nº 616/2021, de autoria da vereadora Dona Neves. O presidente Bieco encerrou posteriormente a sessão, às onze horas e vinte e dois minutos, para a realização de uma reunião do Colégio de Líderes, ficando os projetos em discussão. Justificaram suas ausências os vereadores Renan Normando, Mauro Freitas, Altair Brandão e Gleisson Silva. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Augusto Santos, Goleiro Vinícius e Juá Belém, pelo Republicanos; Blenda Quaresma, Zeca Pirão, Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Lívia Duarte, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de junho de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário